



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO E CONTRARRAZÃO REFERENTE O PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 PMN

Aos 13 dias de abril de 2015, às 13:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 71 de 29/01/2015, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 29/2015, cujo **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS, SUMIDOURO E CAIXAS DE GORDURA PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS, SAÚDE E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.**

---RECURSO Protocolado pela empresa **CM PONCIANO EIRELI - EPP** – em 31/03/2015.

PRELIMINARMENTE

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso, verificou que foi protocolado intempestivamente :

EDITAL 29/2015

8.2 Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias consecutivos. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser enviadas aos cuidados do Pregoeiro.

Lei 10.520/2002

Art 4º [...] XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Decidindo, portanto, não recebê-lo, uma vez que a sessão ocorreu em 26/03/2015; entretanto a título de conhecimento esta administração informa:

CM PONCIANO EIRELI – EPP menciona que a vencedora do processo licitatório Auto Fossa Pereque não atendeu o edital quanto ao item 5.4.2,b (profissional fazer parte do quadro da proponente, se prestador de serviços através de contrato de prestação de serviço) pois cumprido o item 5.4.1 por conseguinte deveria satisfazer o item 5.4.2 e suas alíneas; cita que o contrato de serviço apresentado não comprova o cumprimento das alíneas a,b,c ou d do item 5.4.2; cita que a ART foi datada anterior ao contrato; menciona que a ART não condiz com o objeto licitado; menciona que paira dúvidas quanto o registro do CRQ, menciona que não foi atendido o item 5.5.6 pois o licitante apresentou contrato que não atende ao requisito do edital; cita que só foi reconhecido firma no contrato de prestação de serviços com senhor Jairo em 26 de março de 2015 pouco antes da abertura do certame; finaliza requerendo a inabilitação da empresa Auto Fossa Pereque, cita julgado, e **NÃO ASSINA O RECURSO.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

Mesmo o Recurso não sendo protocolado no prazo e muito menos assinado pelo representante, a Auto Fossa Pereque quis contrarrazoar.

---CONTRARRAZÃO Protocolado por AUTO FOSSA PEREQUE –EPP em 08/04/2015

AUTO FOSSA PEREQUE afirma que a recorrente visa tumultuar a acertada decisão do pregoeiro, fazendo ligação ao ITEM posterior quanto ao atestado (item 5.4.1), o qual não se encontra vinculado, omitindo a relação ao fiel cumprimento do item 5.4.1 ; cita que o item 5.4.2 b, foi devidamente atendido uma vez que fora apresentado contrato com profissional devidamente registrado na entidade competente; quanto ao item 5.5.5 a “ART” feita esta novamente única e justamente por mais uma inclusão de item ao contrato com o prestador de serviços, justamente para não só estar em acordo com as normas do CRQ da XIII REGIÃO, como também habilitar o profissional para aquela atividade; quanto ao item 5.5.6 a recorrente mais uma vez quer tumultuar o certame, tentando falsear a verdade, desqualificando o profissional contratado legalmente para tal, uma vez que o CRQ da XIII REGIÃO é o órgão responsável por outorgar autonomia para o profissional e através de uma ART o habilita; menciona que forneceu documentos além do exigido em edital, e que a recorrente busca presumir a má-fé da recorrida valendo-se, para tanto, de subterfugio na busca de ludibriar e tumultuar o procedimento licitatório; cita legislação, finaliza pedindo a rejeição do pedido de inabilitação formulado pela recorrida.

DA DECISÃO:

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decide pela **IMPROCEDÊNCIA** do recurso da CM Ponciano;

- 1 – em momento algum o edital requer vinculo do profissional mencionado no atestado de capacidade técnica (item 5.4.1) com o profissional citado no item 5.4.2, até mesmo porque atestado de capacidade técnica é para comprovar experiência da empresa e não de profissional;
- 2 – o contrato apresentado pela licitante vencedora atendeu sim ao solicitado em edital (vinculo com profissional item 5.4.2 , b);
- 3 - quanto a ART o edital não requer que seja após ou anterior ao registro no CRQ, solicita que seja apresentado a ART (item 5.4.4), ponto, ademais foi justificado pelo recorrido o motivo das datas.
- 4 – a ART apresentada condiz sim com o objeto licitado – CAT 252014044194.
- 5 – o item 5.5.6 foi sim devidamente cumprido, uma vez que foi apresentado o mesmo de acordo com o solicitado em edital, mencionando inclusive a responsabilidade técnica em tratamento de efluentes e atendimento em emergências ambientais com tempo comprometimento de tempo necessário para resolução de eventuais problemas referentes ao serviço.

Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 13 de abril de 2015.

DOUGLAS LEMOS
MARIA BENEDITA CORRÊA
Equipe de apoio:
PEDRO PAULO DA COSTA
CARLA CLAUDINO
JOSEZITE DOS SANTOS
FRANCIELE JUSTINO
Ratificando:
BENILDE PERÃO

Pregoeiro
Pregoeira substituta

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO